



Desafios da redução da desigualdade social urbana de cidade Amazônica

Ananda Brito Bastos

Mestranda, UNIFAP, Brasil
anandabritobastos.arq@gmail.com

José Francisco de Carvalho Ferreira

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil.
zfofer@unifap.br

Josimar da Silva Freitas

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil
josimarfreitas55@gmail.com

RESUMO

Este estudo avalia a evolução da exclusão social na área urbana de Macapá, Amapá, entre os anos de 1991 e 2010. Trata-se de uma pesquisa de associação com interferência entre variáveis, baseada em dados estatísticos e métodos quantitativos e comparativos. O estudo chama a atenção para o debate sobre as condições sociais intraurbanas no contexto das cidades médias na Amazônia. Os resultados indicam que a exclusão social macapaense está mais fortemente correlacionada aos indicadores de qualidade de vida que de autonomia de renda, assim como, o processo de integração social ocorreu de forma lenta. Aqui concluímos que apesar de alguns avanços significativos, o processo de inclusão social de Macapá foi baixo, principalmente, os indicadores de saneamento básico.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão/ inclusão social. Desigualdade social. Sistema de indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Diante do atual contexto de crise sanitária, econômica e ambiental, a temática da desigualdade social mostra-se um dos principais motivo de preocupação das populações mundiais, sobretudo para os brasileiros (IPSOS, 2022). Parte da complexidade do Brasil baseia-se no fato que o modelo de desenvolvimento urbano-regional adotado, por muito tempo, serviu como instrumento de manutenção da estrutura de desigualdade e promoção de processos de exclusão social (MARICATO, 2021b; ROLNIK, 2002).

A exclusão é um processo que descreve os aspectos negativos da estrutura da desigualdade social, implicando na anulação de direitos sociais e por vezes no banimento e/ou marginalização de grupos. Em contraposição, há o conceito de inclusão social, que por sua vez, configura no processo de integração plena na estrutura social e acolhimento das necessidades vitais do coletivo. A relação dialética entre exclusão e inclusão, descreve um processo dinâmico, complexo, multifacetado e de abrangência no espaço-tempo, que podem ou não serem alteradas (GUERRA, 2012; VIEIRA et al., 2010).

Por ter natureza múltipla e transdisciplinar, o estudo do processo da exclusão e inclusão social possibilita diferentes abordagens e métodos de análise. Dentre as mais difundidas da abordagem quantitativa, estão aquelas baseadas na construção de sistemas de indicadores sociais. Muitas pesquisas partem do uso de índices ou sistema de indicadores sociais para compreender como suas diversas dimensões (materiais e imateriais) se apresentam e se relacionam.

Neste tipo de estudo as abordagens de análises se dividem, basicamente, em objetiva quantitativa e subjetiva qualitativa (NAHAS, 2015). Pesquisa de abordagem subjetiva (dados primários) analisam o fenômeno sociais e urbanos a partir da percepção e satisfação do indivíduo acerca das características da cidade. Enquanto a abordagem objetiva (dados secundários/base estatísticas) se fundamenta na avaliação do ambiente urbano e dos recursos disponíveis (infraestrutura urbana, renda, escolaridade, longevidade). Destacam-se, por exemplo, o Atlas da Exclusão Social do Brasil (2004; 2014) e o Mapa de Exclusão/ Inclusão Social da Cidade de São Paulo (SPOSATI, 1996).

Por meio da construção do Índice de Exclusão/ Inclusão Social (IEX), Sposati (1996) avalia a dimensão espacial da exclusão social em escala intraurbana, servindo de referência para diversos estudos que analisam os processos de exclusão e inclusão social no interior das cidades

brasileiras. O uso de ‘território’ para abordar a dimensão espacial da exclusão social parte do preceito que “a produção territorial como produção social é processo não desprezível na diferenciação social” (MELLAZZO; GUIMARÃES, 2010).

Uma vez que as diferenças nas condições de vida das regiões brasileiras são notáveis e cada cidade apresenta uma ‘estrutura territorial’ particular (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014; VILLAÇA, 2001), a investigação sobre os processos de exclusão social no contexto das cidades amazônicas mostra-se essencial para a construção de políticas de enfrentamento da desigualdade social considerando as diversas escalas do território brasileiro.

No âmbito local, pesquisa sobre a temática da exclusão social na capital do estado do Amapá, em muitos casos partem da abordagem qualitativa ou são focadas em determinada localidade ou grupo social (SERRÃO; LIMA, 2013; PEREIRA; SOUSA; SILVA, 2016; SILVA; LIMA, 2019; SOUZA, 2017). Buscando outra perspectiva que possibilitasse um panorama social geral da cidade, a pesquisa parte do questionamento: como o processo de exclusão social foi sistematicamente manifestado na cidade de Macapá nas últimas décadas?

Assim, este estudo avalia a manifestação da exclusão social de 1991 a 2010 na área urbana de Macapá, capital do Amapá. De modo específico: analisar os principais indicadores que influenciaram a exclusão e inclusão urbana macapaense; verificar as demandas que melhoram a inclusão social da cidade de Macapá, e analisar a distribuição da população nos territórios de exclusão e inclusão social.

Acredita-se que os resultados da pesquisa possam complementar outros estudos sobre a temática da exclusão social, principalmente, no âmbito local e regional. E, inclusive, levantar o debate sobre a construção de ferramentas locais para o monitoramento das condições sociais internas da cidade.

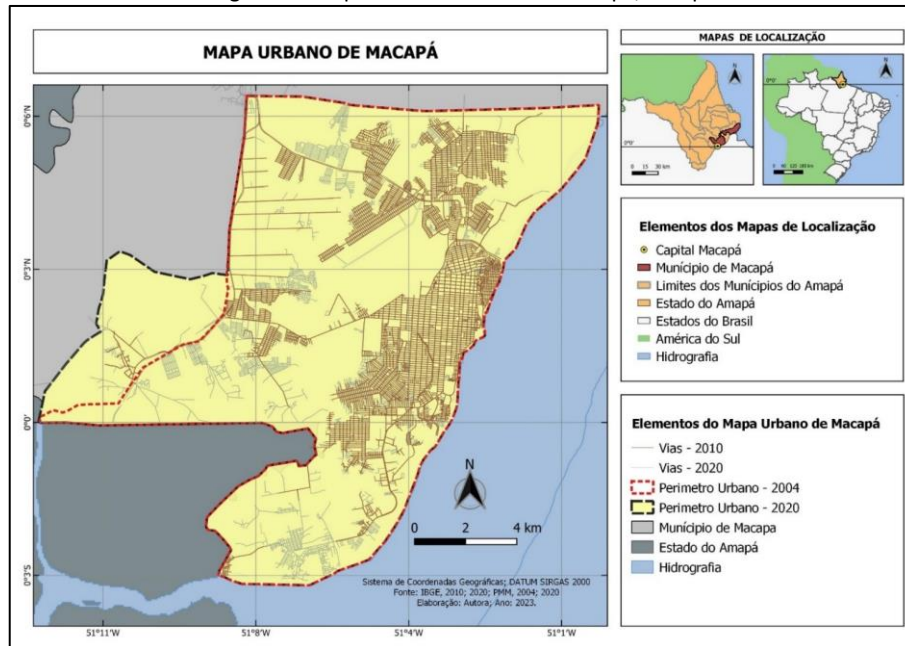
O restante deste artigo está organizado da seguinte forma. A seção 2 apresenta a metodologia, incluindo área de estudo, delineamento, procedimentos e métodos de análise. Na seção 3, são apresentados os resultados e a discussão. E, por fim, as principais conclusões e as referências utilizadas.

2 METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

O estudo se refere ao perímetro urbano do município de Macapá (Figura 1), capital do estado do Amapá, no extremo norte do Brasil. Esta é a cidade mais populosa do estado, concentrando cerca 60% da população do Amapá em 2010 (IBGE, 2013).

Figura 1 – Mapa da área urbana de Macapá, Amapá



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Macapá é uma cidade média da Amazônia brasileira, a qual foi marcada pela implementação de projetos políticos voltados para o desenvolvimento regional e local, ao passo de colaborar com explosões demográficas e expansão urbana desordenada (TOSTES, 2013). Contemporaneamente, a cidade de Macapá e Santana formam um polo articulador que extrapola a área político-administrativa do Estado do Amapá, e exercer relativo grau de influência na porção mais setentrional da Amazônia brasileira (AMORIM; SANTOS, 2017).

2.2 Delineamento do estudo, procedimentos específicos e análise de dados

Para alcançar os objetivos da pesquisa se optou pelo método de associação com interferência (VOLPATO, 2015). Uma vez que as bases teóricas-conceituais da pesquisa são fundamentadas em Sposati (1996), a exclusão foi avaliada a partir de sua relação de dependência com variáveis econômicas, ambientais e sociais.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas. Na primeira etapa foram coletados dados socioeconômicos do universo censitário da cidade de Macapá para os anos de 1991, 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ao todo foram analisados 96 setores censitários para o ano de 1991, 206 para 2000 e 426 para 2010.

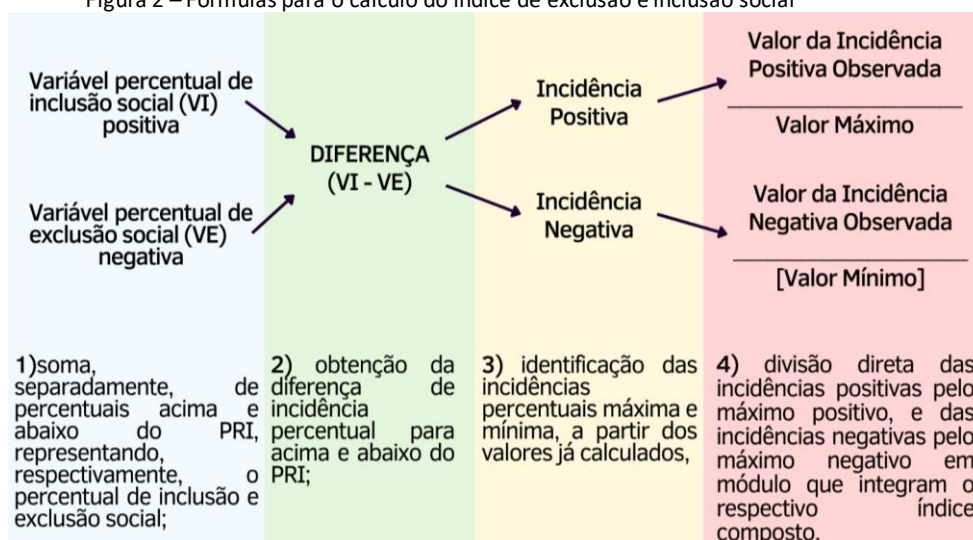
Na segunda etapa, foram selecionadas variáveis compatíveis com os três períodos censitários, relacionadas as quatro utopias de inclusão social de Sposati (1996): autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade. A autonomia de renda, refere-se a autonomia financeira dos indivíduos para suprir suas necessidades básicas. O desenvolvimento humano, relaciona-se as condições de ensino e longevidade da população. A qualidade de vida, refere-se as condições gerais de habitabilidade disponíveis aos indivíduos. E

equidade, alude as possibilidades de as diferenças de gênero (feminino) serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação.

A partir da concepção relacional de exclusão e inclusão, Sposati (1996) define que cada uma dessas utopias possui um Padrão de Referência de Inclusão (PRI), o qual representa o ‘ponto de mutação’ de uma dada condição de inclusão ou exclusão social. Segundo a autora, os valores do PRI não são universais para todas as cidades brasileiras e nem sempre são os mesmos ao longo do tempo.

Para a etapa três, a pesquisa foi baseada nas adaptações feitas por Genovez (2002) para o IEX (Figura 2). A autora optou por utilizar valores percentuais para mensurar características negativas (exclusão) e positivas (inclusão), buscando aumentar a precisão estatística para o cálculo dos índices de exclusão social.

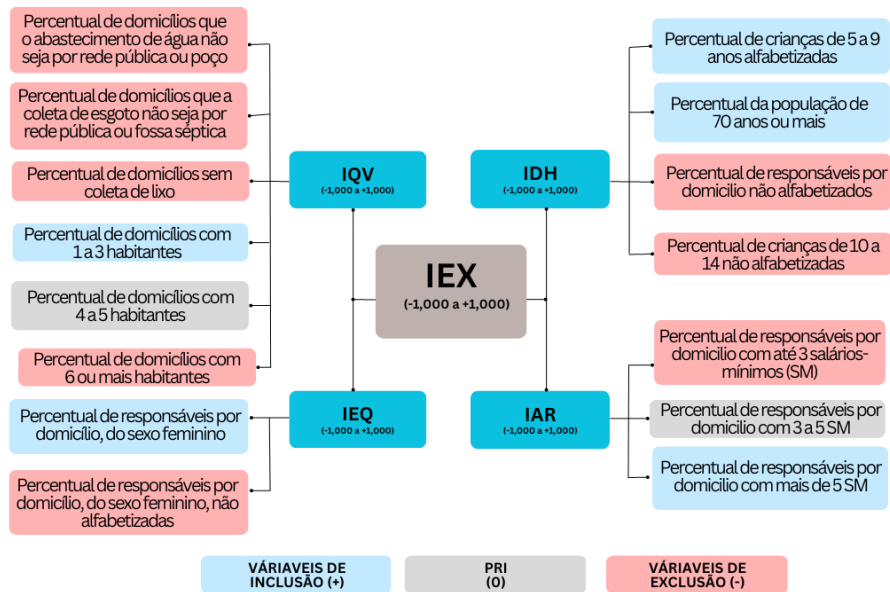
Figura 2 – Fórmulas para o cálculo do índice de exclusão e inclusão social



Fonte: Elaboração própria a partir de Genovez, 2002.

Por meio das variáveis brutas foram elaborados 13 indicadores sociais, que expressavam variáveis de exclusão ou inclusão, divididos entre as quatro utopias. As variáveis definidas como PRI foram desconsideradas por matematicamente serem representadas pelo 0 (zero). Estes indicadores foram transformados em índices de exclusão e inclusão social referentes a autonomia de renda (IAR), desenvolvimento humano (IDH), qualidade de vida (IQV) e equidade (IEQ). A agregação destes índices foi sintetizada no valor final do Índice de Exclusão/Inclusão Social (IEX) de Macapá (Figura 3).

Figura 3 – Diagrama da construção do Índice de Exclusão/Inclusão Social



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nesta circunstância, as incidências negativas e positivas de cada dimensão são separadamente somadas, para posteriormente obter o valor diferencial (positivo ou negativo) que será dividido, com os valores máximos ou mínimos (em módulo) para obtenção do índice sintético dentro da escala de representação entre -1 a +1 do IEX para Macapá (Tabela 1).

Tabela 1 - Exemplo do cálculo para o IEX (2000)

SETOR	I	I	I	I	SOMA %+ (a)	I	I	I	I	SOMA %- (b)	(D) [a-b]	IEX	
	A	D	Q	E		A	D	Q	E				
	R	H	V	Q		R	H	V	Q				
	%	%	%	%		%	%	%	%				
	+	+	+	+		-	-	-	-				
000005	7	9	4	3	250,020	1	2	2	6	42,386	207,633	1,000	
	8	4	4	2		0	2	2					
	,	,	,	,		,	7	9	1				
	5	0	7	6		5	2	8	7				
	9	0	5	6		0	4	8	3				
000012	9	1	8	1	87,513	6	7	4	3	215,836	128,322	0,618	
	1	6	5	6		6	7	4	3				
	7	6	5	6		7	0	4	4				
	,	,	,	,		,	,	,	,				
	9	8	9	7		1	4	0	1				
000109	3	9	3	4	143,704	7	9	6	0	141,089	2,615	0,013	
	9	4	9	2		6	9	1	0				
	3	4	3	3		4	1	6	1				
	4	6	1	0		7	5	2	5				
	,	,	,	,		,	,	,	,				
000050	7	9	6	3	173,288	9	0	8	2	175,922	-2,633	-0,007	
	1	6	4	8		3	0	6	7				
	1	8	6	0		4	8	9	8				
	3	6	4	3		4	1	1	1				
	2	1	0	8		6	2	1	5				
000090	,	,	,	,	144,772	,	,	,	,	353,966	209,194	-0,537	
	6	6	5	4		3	7	2	6				
	5	5	4	3		5	4	0	2				
	3	6	1	8		6	0	1	5				
	1	4	3	4		7	1	2	1				
000043	4	9	0	9	72,289	2	3	5	2	461,873	389,584	-1,000	
	,	,	,	,		,	,	,	,				
	7	4	6	8		4	8	5	5				
	5	9	9	3		5	0	1	8				
	4	0	3	5		9	9	6	3				
000043	1	2	2	1	72,289	9	4	2	3	461,873	389,584	-1,000	
	,	,	,	,		,	,	,	,				
	9	6	9	6		9	6	2	0				
	6	5	8	8		1	7	8	0				
	9	1	4	5		3	6	8	0				

Vmax = 207,633 Valor positivo / Valor Max

[Vmin] = 389,584 Valor negativo / [Valor Min]

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na etapa quatro, com auxílio de programas eletrônicos específicos, foram elaborados para cada período censitário um banco de dados relacionando os setores censitários com os valores dos índices das utopias e do IEX, organizados em escala. Para determinar o grau de

exclusão e inclusão social das células, se aplicou a escala de classificação sugerida por Nascimento (2008), que categorizou a exclusão e inclusão em quatro níveis cada uma (Quadro 1).

Quadro 1 – Faixa de avaliação do IEX

Escala de classificação	Sigla	Intervalo de classe (índice)	Escala de cor
Alta Exclusão	AE	- 1,000 a -0,750	Vermelho
Média-Alta Exclusão	MAE	-0,750 a -0,500	Laranja Escuro
Média-Baixa Exclusão	MBE	-0,500 a -0,250	Laranja Claro
Baixa Exclusão	BE	-0,250 a 0,000	Amarelo Claro
Baixa Inclusão	BI	0,000 a 0,250	Verde Claro
Média-Baixa Inclusão	MBI	0,250 a 0,500	Verde
Média-Alta Inclusão	MAI	0,500 a 0,750	Azul Esverdeado
Alta Inclusão	AI	0,750 a 1,000	Azul Escuro

Fonte: Elaboração própria a partir de Nascimento, 2008.

Considerando que um mesmo território pode apresentar graus diferentes de exclusão ou inclusão social a depender da dimensão analisada. A aplicação da escala permitiu a avaliação de diferentes circunstâncias de exclusão/inclusão social, para além de situações de extrema exclusão ou plena inclusão, identificando os diferentes níveis de vulnerabilidade social.

A metodologia desenvolvida por Sposati (1996) dá ênfase a dimensão espacial do processo de exclusão, porém, frente a indisponibilidade dos dados vetoriais para os setores de 1991, optou-se por analisar somente os dados estatísticos. A pesquisa quantitativa pretendeu analisar as condições de exclusão e inclusão social de Macapá a partir de métodos estatísticos e comparativos.

Na análise estatística, além do modelo de Genovez (2002) para a criação do IEX, foram realizada a distribuição percentual dos setores por faixas de avaliação e a matriz correlacional entre os valores dos índices das utopias e final, baseada no coeficiente de correlação de Pearson (r).

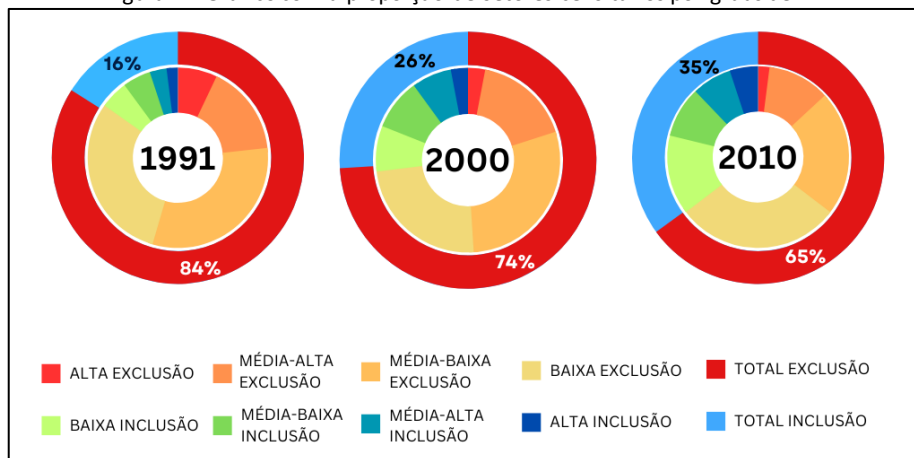
$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Também foi utilizado o método comparativo, a fim de verificar a evolução das condições sociais e percentual da população em territórios de exclusão e inclusão no recorte temporal determinado. Por último, os resultados foram interpretados a partir de gráficos e infográficos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados (Figura 4) demonstram que a proporção de setores classificados com graus de exclusão foi superior a 50%, nos três períodos analisados. Apesar da redução do percentual de setores na faixa de Alta Exclusão, a maioria encontrava-se na faixa de Média-Baixa ou Baixa Exclusão.

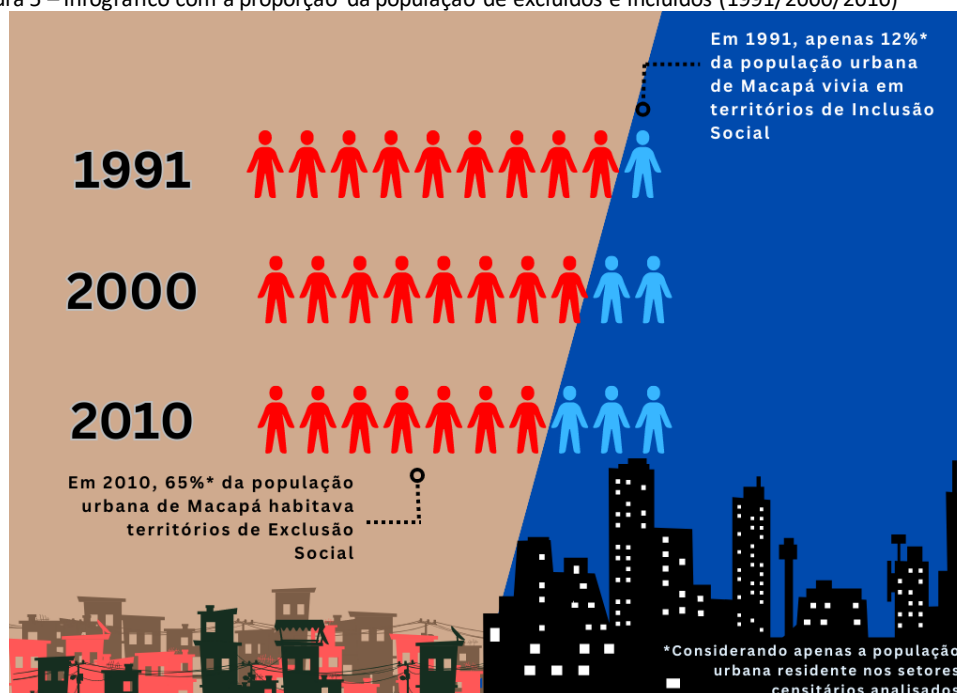
Figura 4 – Gráfico com a proporção de setores censitários por graus de IEX



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A figura mostra o crescimento gradativo dos setores de inclusão social, com variação positiva de 68% no período de 1991 a 2000, e de 33% de 2000 para 2010. Porém, este aumento se deu principalmente na faixa da Baixa Inclusão, o que pode indicar a precarização dos processos de inclusão social em Macapá ao longo de vinte anos. Esta percepção fica mais nítida com a análise da distribuição da população por territórios de exclusão e inclusão social (Figura 5), os quais sugerem que este processo também foi vagaroso em seu objetivo de atender a população.

Figura 5 – Infográfico com a proporção da população de excluídos e incluídos (1991/2000/2010)



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao analisar o grau de correlação entre os índices das utopias e o final (Figura 6), constatou-se que o Índice de Qualidade de Vida apresentou a correlação mais forte entre os

índices das utopias, superior inclusive ao de autonomia de renda, também fortemente correlacionada a exclusão social. Por outro lado, o Índice de Equidade passou de uma correlação moderada, em 1991 e 2000, para correlação fraca em 2010.

Figura 6 – Gráfico da matriz de correlação entre os índices (1991/2000/2010)

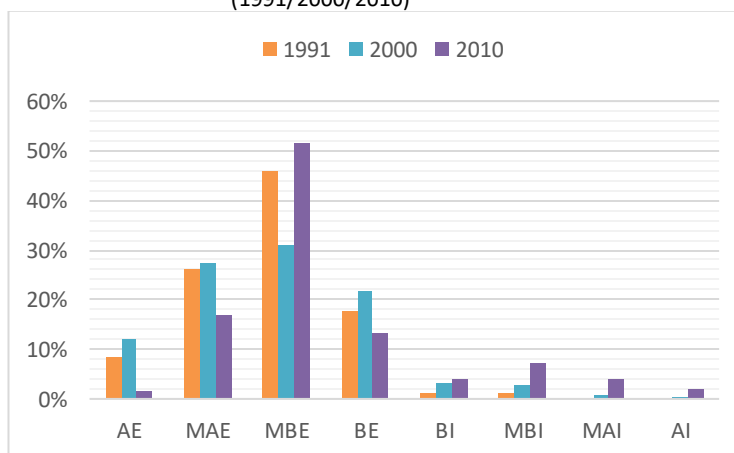
1991	IEX	IAR	IDH	IEQ	IQV	2000	IEX	IAR	IDH	IEQ	IQV
IEX	1					IEX	1				
IAR	0,84	1				IAR	0,92	1			
IDH	0,73	0,60	1			IDH	0,82	0,75	1		
IEQ	0,66	0,52	0,60	1		IEQ	0,54	0,43	0,61	1	
IQV	0,93	0,73	0,52	0,60	1	IQV	0,93	0,78	0,69	0,42	1

2010	IEX	IAR	IDH	IEQ	IQV	VALOR DE P	INTERPRETAÇÃO
IEX	1					0.90 a 1	correlação muito forte
IAR	0,84	1				0.70 a 0.90	correlação forte
IDH	0,78	0,65	1			0.50 a 0.70	correlação moderada
IEQ	0,42	0,17	0,36	1		0.30 a 0.50	correlação fraca
IQV	0,88	0,59	0,51	0,29	1	0.00 a 0.30	correlação bem fraca

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A partir da proporção de setores em relação ao Índice de Qualidade de Vida (Figura 7), observa-se a concentração na faixa de Média-Baixa Exclusão. Já o percentual de territórios de inclusão neste índice era menor que 10% em 1991 e 2000, e chegou a 17% em 2010, representando os piores resultados entre as utopias.

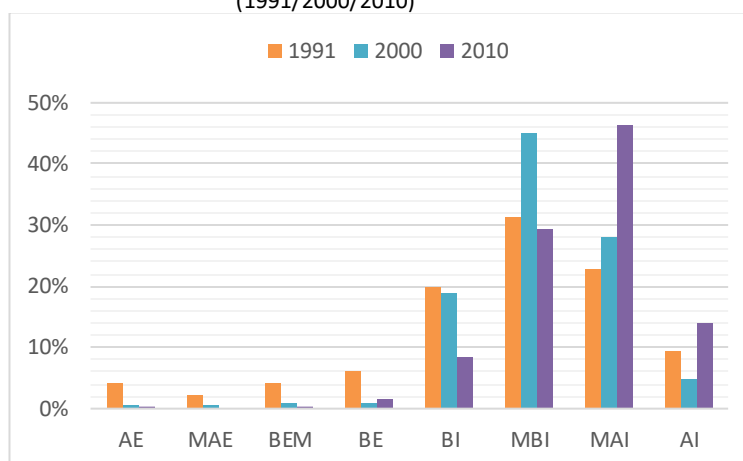
Figura 7 – Gráfico do percentual de setores por faixas de avaliação para o Índice de Qualidade de Vida (1991/2000/2010)



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em compensação, os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano demonstraram evolução progressiva (Figura 8), indicando o crescimento do acesso à educação básica e aumento da longevidade de vida. Estes resultados são condizentes com a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Macapá entre 1991 e 2010, o qual passou de 0,525 para 0,733, sendo o maior entre os municípios amapaenses (ATLAS BRASIL, 2022).

Figura 8 – Gráfico do percentual de setores por faixas de avaliação para o Índice de Desenvolvimento Humano (1991/2000/2010)



Fonte: Elaboração própria, 2023.

No recorte de 1991 a 2010, Macapá ainda enfrenta sérias dificuldades em universalizar seus serviços de saneamento básico, desencadeando problemáticas urbanas de natureza social e ambiental. As estratégias para a universalização dos serviços mostraram-se insuficientes frente ao aumento significativo populacional e expansão da malha urbana provocadas por projetos econômicos e políticos na passagem do século XX para o XXI, em muitas cidades amazônicas, como também foi o caso de Macapá (BECKER, 2013; PORTILHO, 2010).

Conforme Tostes (2016), apesar do crescimento de políticas de habitação social em Macapá entre as décadas de 1980 e 1990, estas não foram o suficiente para atender à crescente demanda por moradia. E foram ineficazes do ponto de vista urbano, pois a maioria dos conjuntos habitacionais eram localizados em áreas distantes do centro comercial e desprovidos dos serviços e infraestrutura básicos para a vida urbana, como sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto (TOSTES, 2016).

Estes, dentre outros fatores, contribuíram para o descontrole urbano de Macapá na década de 1990, marcado principalmente pela recorrência de ocupações informais tanto em locais destinados aos loteamentos públicos como em áreas de ressacas¹ próximas aos bairros consolidados (PORTILHO, 2010; TOSTES, 2016). Pesquisas locais com foco em moradores de

¹ Áreas de várzea típicas da região amazônica necessárias para o equilíbrio do microclima local, servindo como ambiente de reprodução para espécies da fauna e flora e como parte do sistema natural de drenagem das águas. Estas são descritas por Takiyama et. al. (2012, p. 17) como “sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d’água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea”.

áreas de ressaca demonstraram os efeitos da exclusão social sobre esta população que, além de estigmatizados socialmente, são mais suscetíveis a violência urbana, problemas de saúde e a degradação ambiental (PEREIRA; SOUSA; SILVA, 2016; SERRÃO; LIMA, 2013; SILVA; LIMA, 2019).

Em 2010, o IBGE (2013) apontou que 59.599 macapaense viviam em aglomerados subnormais, ou seja, cerca de 16% da população urbana viviam em áreas restritas a ocupação e carentes de infraestrutura e serviços públicos. Segundo pesquisas mais recentes, o IBGE estima que 24% dos domicílios ocupados em Macapá estavam localizados em áreas de aglomerados subnormais em 2019 (IBGE, 2019).

Porém, fatores como a renda mensal e saneamento básico ainda afetam de maneira generalizada a população urbana de Macapá. Em relação a renda, assim como outras cidades amazônicas (BECKER, 2013), o trabalho formal em Macapá depende principalmente do setor de serviços públicos. Entretanto, a maioria da população urbana se sustenta por meio do trabalho informal, o qual geralmente não garante a renda mensal necessária para suprir as necessidades básicas de vida, como moradia, por exemplo.

Segundo o último Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil (2023), referente aos dados de 2021 do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), Macapá teve a pior classificação dentre as 100 maiores cidades do país. E, desde 2014, esteve sempre presente entre as dez últimas colocações em todos esses dez anos (TRATA BRASIL, 2023). O que reforça o problema crônico que afeta a qualidade de vida urbana e contribui para a exclusão social de grande parte da população macapaense.

Estes resultados mostram que, diferentemente de cidades médias de outras regiões brasileiras, o processo de exclusão social nesta cidade amazônica esteve continuamente mais associado a qualidade de vida em comparação a autonomia de renda. A precariedade e ausência de condições de saneamento básico em uma cidade de importância intrarregional, como Macapá, reforça a perspectiva da estrutura desigual do desenvolvimento urbano-regional da Amazonia brasileira, visto que a maioria da população urbana sequer usufrui do básico para a garantia de dignidade de vida.

4 CONCLUSÃO

Ao analisar a evolução da exclusão e inclusão social para Macapá ao longo de vinte anos, observamos que houve alguns avanços no processo de integração social, devido principalmente no aumento da formação do ensino básico e longevidade da população. Por outro lado, este processo foi vagaroso e esteve intrinsecamente relacionado ao Índice de Qualidade de Vida, baseado em indicadores que avaliam as condições de habitabilidade no âmbito público e privado.

Contemporaneamente, Macapá ainda enfrenta diversas dificuldades para a universalização dos serviços de saneamento básico, afetando diretamente a vida de muitos cidadãos macapaenses. Circunstâncias que demonstraram contribuir para a manutenção da estrutura de desigualdade social local e regional.

Aqui concluímos que apesar de alguns avanços significativos, o processo de inclusão social de Macapá foi baixo, principalmente, os indicadores de saneamento de abastecimento de água e coleta de esgoto. Recomendamos a Macapá a construção de instrumentos, ferramentas e indicadores locais que possibilitem o monitoramento das condições sociais de seu espaço intraurbano. Essa medida auxilia as políticas públicas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade, tanto quanto auxilia a produção técnico-científica da desigualdade social.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio das seguintes agências de fomento: CAPES/FAPEAP. O primeiro autor é financiado pela bolsa nº 88887.645962/2021-00, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, J. P. A.; SANTOS, R. V. A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, abril-jun., 2017, pp. 210-226.
- ATLAS BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AGvg%2D0FawRuMMj4&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2123008&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Grammond, 2013.
- GENOVEZ, P. C. **Território e desigualdade**: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto. 220 f. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São Jose dos Campos: INPE, 2002.
- GUERRA, A.; POCHMANN, M.; SILVA, R. A. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dez anos depois. v. 1, São Paulo: Cortez, 2014.
- GUERRA, P. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, 2012, p. 91-110. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/257>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/#/home>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Aglomerados Subnormais – Resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=27720&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 05 maio 2023.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil 2023 (SNIS 2021)**. São Paulo: GO Associados, 20 mar. 2023. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.
- IPSOS. **What Worries the World?**. dez, 2022. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2023-01/Global%20Report%20-%20What%20Worries%20the%20World%20Dec22.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8 ed. 2013. Reimpressão, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 121 – 192.

MELLAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. Ponto de partida: A desigualdade social e a definição de política pública. In: MELLAZZO, E. R.; GUIMARÃES, R. B. (orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 13-31.

NAHAS, M. I. P. Indicadores de vida urbana: aspectos teórico-metodológicos. In: NAHAS, M. I. P. (org). **Qualidade de vida urbana: abordagens, indicadores e experiências internacionais**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 23 -29.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades: Mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR)**. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia. 176 f. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: 2008.

PEREIRA, A. C. B.; SOUSA, J. C.; SILVA, R. T. Desigualdade social, áreas de ressaca e locais perigosos em Macapá/AP. In: Reunião Equatorial de Antropologia; Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 5.; 14., 2016, Alagoas. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2016. p. 1-10.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTILHO, I.S. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP. In: Seminário Latino-Americano de Geografia Física; Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 6.; 2., 2010, Portugal. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, maio 2010. p. 1-15.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, 2002, p. 53-61.

SERRÃO, S. L.; LIMA, R. A. P. Áreas alagadas em Macapá: estudo de caso Bairro do Araxá. **Biota Amazônia**, v. 3, n. 3, 2013, p. 146-156. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291069068_Areas_Alagadas_em_Macapá_Estudo_de_Caso_Bairro_do_Araxá. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, D. F.; LIMA, H. M. F. A exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá. **Inovação e Tecnologia Social – Revista técnica de políticas públicas**, v. 1, n. 2, 2019, p. 40-63. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/2045>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SOUZA, F. K. G. A margem da invisibilidade: uma pesquisa sobre a compreensão do morador de rua da orla de Macapá de sua inclusão social. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, v. 3, n. 1, 2017, p. 34-56. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/pkcroraima/article/view/4614>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SPOSATI, A. **Mapa de exclusão/inclusão da cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora PUC-SP, 1996.

TAKIYAMA, L. R., et al. **Zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá**. Macapá, IEPA, 2012.

TOSTES, J. A. **Evolução Urbana de Macapá**. 2013. Disponível em: http://josealbertostes.blogspot.com.br/2013/02/evolucao-urbana-de-macapá_2.html. Acesso em: 14 mar. 2022.

TOSTES, J. A. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. **Atas de Saúde Ambiental**, São Paulo, v. 4, p. 1-21, jan-dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ASA/article/view/776/1050>. Acesso em: 25 jun. 2022.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.



VIEIRA, A. B.; FURINI, L. A.; NUNES, M.; LIBÓRIO, R. M. C. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, E. R.; GUIMARÃES, R. B. (orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 33 -58.

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. Ensaio. **RECIIS – Revista Eletronica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. v. 9, n. 1, jan-mar, 2015. Disponível em:
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/932>. Acesso em: 25 jun. 2022.